DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

GRÊMIO NOVORIZONTINO

31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 — Balanços patrimoniais

Quadro 2 — Demonstrações dos déficits do exercício

Quadro 3 — Demonstrações dos déficits abrangentes

Quadro 4 — Demonstração das mutações do patrimônio social (passivo a descoberto)

Quadro 5 — Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, conselheiros e associados do
GRÊMIO NOVORIZONTINO
Novo Horizonte – São Paulo

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações financeiras do GRÊMIO NOVORIZONTINO ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do déficit do exercício, do déficit abrangente, das mutações do patrimônio social (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do GRÊMIO NOVORIZONTINO ("Entidade"), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA (CONTINUAÇÃO)

Intangível

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, a Entidade reconhece integralmente no resultado do exercício os valores gastos com a formação de atletas. Conforme determinado pelo normativo técnico ITG 2003 (R1) Entidade Desportiva Profissional, referidos gastos, quando atendidos os requisitos necessários, devem ser mensurados, controlados e registrados na rubrica Intangível quando o atleta alcançar a formação pretendida pela administração, sendo necessária a realização anual de avaliação dos eventuais impactos de *"impairment test"*, nesses ativos, nos termos dos pronunciamentos contábeis CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos e CPC 04 – Ativo Intangível. Em virtude de a Entidade não ter realizado a avaliação, mensuração e registro desses gastos conforme determinado pelo normativo técnico ITG 2003 (R1), ficamos impossibilitados de concluir quanto aos impactos que a não adoção deste normativo causaria nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro

Conforme divulgado na nota explicativa nº 11, a Entidade possui R$39.980 mil (R$ R$32.296 mil em 2018) registrado na rubrica débitos com Partes Relacionadas, no passivo não circulante, referente a captações de recursos financeiros por meio de contratos de mútuo. Por ser tomadora de crédito, a Entidade é contribuinte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, entretanto, até 31 de dezembro de 2016 referido imposto não foi retido e recolhido pela mutuante. O total desta obrigação legal não reconhecida é de R$687 mil (R$651 mil em 2018). Dessa forma, o passivo não circulante e o patrimônio social (passivo a descoberto) estão apresentados a menor em R$681 mil, em 31 de dezembro de 2020.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o pressuposto de continuidade normal das atividades operacionais da Entidade. Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade incorreu em déficits que montam R$ 9.124 mil (R$3.783 mil em 2019) e, nessa data, o passivo a descoberto é de R$42.486 mil (R$33.362 mil em 2019). Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos apresentados ao longo deste relatório, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar a uma dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

ÊNFASE

Renovação do contrato de aluguel

Sem ressalvarmos nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n°10 às demonstrações financeiras que descreve que o contrato de aluguel referente ao uso do estádio Jorge Ismael de Biasi e do Centro de treinamento (CT), cujos direitos de uso são da gestora I-9 Sports Ltda. teve seu vencimento ocorrido em 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado por termo de aditamento entre as partes. Até o presente momento, referida renovação não havia sido celebrada entre as partes envolvidas.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao ano anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo parecer datado de 29 de abril de 2020, continha ressalvas e parágrafo de "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", semelhantes aos descritos neste relatório.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Verdus Auditores Independentes
Rua Martinho Gonçalves, 2277
Vila Nossa Sra. Da Paz – São José do Rio Preto – SP
CEP 015025-160
Tel: + 55 17 3222-7667
www.vacc.com.br

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

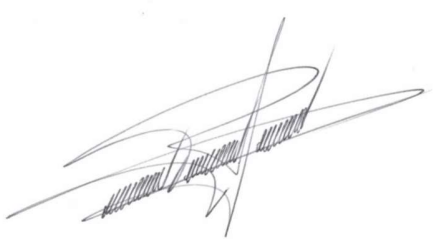
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Verdus Auditores Independentes
Rua Amália de Noronha, 151 – cj. 502
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05410-010
Tel: + 55 11 3027-1800
www.vacc.com.br

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Novo Horizonte, 23 de abril de 2021.



Ricardo José Patine Filho
Sócio Diretor
CRC 1SP252050/O-9
Verdus Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2

QUADRO 1

GRÊMIO NOVORIZONTINO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2020	2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85	695
Contas a receber	5	1.694	1.500
Adiantamentos diversos		36	62
Impostos a recuperar		3	3
		1.818	2.260
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	564	600
Intangível	7	5	528
		569	1.128
Total do ativo		2.387	3.388

PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	2020	2019
Passivo circulante			
Empréstimos	7	79	27
Fornecedores		15	181
Uso de imagem a pagar		-	112
Obrigações trabalhistas	8	1.082	651
Obrigações a executar - subvenção	9	-	215
Aluguéis a pagar	10	3.694	3.210
Débitos com partes relacionadas	11	39.971	-
Adiantamentos de clientes		-	48
Tributos a recolher		23	10
		44.864	4.454
Passivo não circulante			
Débitos com partes relacionadas	11	9	32.296
		9	32.296
Passivo a descoberto	13		
Déficits acumulados		(42.486)	(33.362)
		(42.486)	(33.362)
Total do passivo e passivo a descoberto		2.387	3.388

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

GRÊMIO NOVORIZONTINO
DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida	14	10.260	10.576
Custos	15	(13.692)	(11.514)
Déficit bruto		(3.432)	(938)
Despesas gerais e administrativas	16	(5.210)	(4.273)
Outras receitas operacionais	17	2	1.654
Déficit antes do resultado financeiro		(8.640)	(3.557)
Despesas financeiras		(484)	(294)
Receitas financeiras		-	68
Resultado financeiro líquido	18	(484)	(226)
Déficit do exercício		(9.124)	(3.783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

GRÊMIO NOVORIZONTINO
DEMONSTRAÇÃO DOS DÉFICITS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Déficit do exercício	(9.124)	(3.783)
Outros itens de resultado abrangente	-	-
Resultados Abrangentes totais	(9.124)	(3.783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	(29.579)	(29.579)
Déficit do exercício	(3.783)	(3.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(33.362)	(33.362)
Déficit do exercício	(9.124)	(9.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(42.486)	(42.486)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

GRÊMIO NOVORIZONTINO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(9.124)	(3.783)
Ajustes para conciliação:		
Depreciação e amortização	97	73
Provisão para contingências	-	(1.555)
Variações nos ativos e passivos		
Redução (aumento) em contas a receber	(194)	(1.500)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	26	30
Redução (aumento) em outros recebíveis	-	(1)
Redução (aumento) em depósito judicial	-	1.555
Redução (aumento) em intangível	523	(523)
Aumento (redução) em fornecedores	(166)	130
Aumento (redução) em direito de imagem	(112)	(114)
Aumento (redução) em adiantamento de clientes	(48)	48
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	431	213
Aumento (redução) em Obrigações a executar - subvenção	(215)	85
Aumento (redução) em tributos a recolher	13	3
Aumento (redução) outras contas a pagar	484	1.307
	(8.285)	(4.032)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Baixa (aquisição) de ativo Imobilizado	(61)	(254)
	(61)	(254)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação (pagamento) de empréstimos com terceiros	52	3
Aumento (redução) em débitos com partes relacionadas	7.684	4.829
	7.736	4.832
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(610)	546
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	695	149
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	85	695
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(610)	546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRÊMIO NOVORIZONTINO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grêmio Novorizontino é uma associação civil sem fins lucrativos tendo seus atos constitutivos registrados no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, da comarca de Novo Horizonte, SP, sob nº 402, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 04.728.712/0001-82, regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro."), Lei dos Desportos nº 13.155, de 04/08/2015, Lei nº 9615/1998 (Lei Pelé), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 12.395/2011 e 13.155/2015, e subsidiariamente pela Lei nº 6404/1976, com principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007.

O Grêmio Novorizontino tem por objeto social a finalidade de Clube de Futebol e:

a) Promover a educação através do esporte a toda comunidade;
b) Promover o esporte amador e profissional do Município;
c) Promover atividades culturais e sociais destacando a cidadania;
d) Difundir dentro das possibilidades materiais da associação a atividade esportiva em suas modalidades rendimento, educacional e de participação, visando sempre o aperfeiçoamento, físico, técnico, tático e a melhoria de qualidade de vida;
e) Proporcionar aos associados, reuniões de caráter esportivo, social, cultural e recreativo, objetivando congregá-los às suas famílias e criar entre eles os vínculos de estreita e franca amizade;
f) Promover campeonatos e torneios, ou participar daqueles organizados em entidades a que estiver filiado;
g) Articular parcerias e convênios com órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, e organizações nacionais, internacionais e privadas, para fins de celebração de convênios, captação de auxílio, subvenções e financiamento de projetos sociais nas áreas de assistência à criança e ao adolescente, através de educação, cultura e esporte;
h) Mobilizar a participação da comunidade através de ações de caráter preventivo e promocional, visando à integração de recursos materiais humanos e financeiros;
i) O Grêmio Novorizontino tem como cores padronizadas: Branco, Preto e Amarelo,
j) Promover eventos e promoções para angariar fundos;
k) Locar espaços em uniformes e praça esportiva;
l) Ceder sob licença marca, logomarca e símbolos;
m) Contratar empresa especializada para gerenciar e administrar seu patrimônio intangível e direito.

O Grêmio Novorizontino tem sua sede social instalada na Rua Francisco Alves do Vale, nº 285, Bairro Vila Patti CEP 14.960-000, no município de Novo Horizonte, Estado de São Paulo.

O Grêmio Novorizontino tem sua personalidade jurídica distinta de seus associados e patrimônio próprio formado por:

a) Patrimônio Econômico: Todos os bens móveis, numerário, aplicações financeiras, instalações, equipamentos, prêmios, marcas, além de símbolos (Bandeira, Flâmula, Hino, Distintivo, uniforme e mascote) tendo como cores padronizadas: Branco, Preto e Amarelo.

b) Patrimônio Histórico: Composto de acervo de todas as conquistas nos campos esportivo e social, inclusive troféus.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade apresenta passivo a descoberto no montante de R$42.486 (R$ R$33.362 em 2019).

A administração da Entidade tem trabalhado na implementação de medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido, o passivo a descoberto e o déficit, entre as quais:

a) Investimentos nas divisões de base como fonte de talentos;
b) Elevação da receita com renovação ou negociação de novos contratos de direitos de transmissão, patrocínio e uniforme;
c) Desenvolvimento de novas parcerias de marketing;
d) Aumento da receita de jogos por meio de incentivos ao comparecimento da torcida; e
e) Controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários.

Tal situação decorre, principalmente, pela incipiente atividade, pois a Entidade iniciou as atividades de desporto em 2010. Além disso, o equilíbrio das contas financeiras deve advir principalmente pelo resultado de venda de atletas em formação na categoria de base, cujo efeito é incerto e, dessa forma, a Entidade é dependente financeiramente de sua parte relacionada I-9 Sports Ltda, que fomenta as atividades da Entidade através de contratos de mútuo, sem prazo de vencimento.

As demonstrações financeiras não incluem ajustes relativos à capacidade de realização e classificação de valores registrados no ativo ou valores e classificação de passivo que possam ser necessários, caso a controladora seja incapaz de continuar suas atividades.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, particularmente as que são aplicáveis às entidades desportivas profissionais, tal como a Interpretação Técnica - ITG 2003 (R1) - Entidade Desportiva,.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos conselheiros, diretores e associados e sua emissão foi autorizada em 22 de abril de 2021.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua, o Real (moeda funcional), e são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As áreas que necessitam de um maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa são constituídas nos casos em que não existe expectativa de recebimento do credor.

(b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao término de cada exercício social, a Entidade revisa os saldos de seus ativos não financeiros com o objetivo de identificar a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor de venda ou valor em uso). Na existência de indicativos, a administração estima a parcela do ativo não recuperável e reconhece a perda, se aplicável.

(c) Contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências classificadas como de perdas prováveis pelos assessores jurídicos da Entidade cujos valores são estimados com certo grau de segurança.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício.

Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde, substancialmente, aos valores a receber pela negociação de atletas no curso normal das atividades da Entidade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos é classificado no ativo circulante. Caso contrário, é apresentado no ativo não circulante. O saldo de contas a receber é, inicialmente, reconhecido pelo valor justo e, subsequentemente sendo que as contas a receber de cliente no mercado externo, quando existentes, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A constituição ou não de provisão para créditos de liquidação duvidosa – "PCLD" ou *impairment* é de responsabilidade da administração, que faz avaliação individual de cada clube com parcelas em atraso.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Entidade incluem fornecedores, empréstimos (saldos bancários negativos), outras contas a pagar e débitos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade Clube tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iv) Operações de instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção do imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando-se as estimativas de vida útil econômica determinadas pela administração mencionadas a seguir:

Móveis e utensílios: .... 10 anos
Equipamentos e aparelhos:..... 10 anos
Computadores e periféricos:.....5 anos

3.3. Intangível

Direitos de imagem / luvas

Os valores contratuais relativos aos direitos de exploração de imagem de atletas profissionais não são mais reconhecidos no ativo intangível, passivos circulante e não circulante. Em obediência a ITG 2003 (R1), desde 2017, tais saldos foram eliminados dessas contas e os valores previstos em contratos são reconhecidos como despesa de acordo com o regime de competência. Em 31 de dezembro de 2020 a Entidade não possuía valores contratuais remanescentes relacionados às luvas a amortizar.

.

Atletas em formação

Os gastos com a formação de atletas correspondem, principalmente a: alojamento, alimentação, transporte, assistência médica, comissão técnica etc.

Os gastos com candidatos a atletas são reconhecidos integralmente no resultado, uma vez que, atualmente, a Entidade não realiza uma análise técnica formal quanto a viabilidade técnica dos atletas se tornarem atletas profissionais.

Atletas formados

Refere-se aos gastos relacionados com aquisição de direitos econômicos de atletas profissionais do futebol, além dos gastos com atletas contratados por empréstimos. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; (iii) o valor pode ser estimado com segurança. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Passivos contingentes

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas na medida em que a Entidade espera desembolsar fluxos de caixa. Os processos judiciais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficientes segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é avaliada como possível, não há provisão a ser realizada, porém, os valores são mensurados e divulgados em notas explicativas.

Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativas, quando existentes.

3.5. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeiras são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pró rata temporis), utilizando o método de taxa de juros efetiva.

3.7. Apuração de resultado e reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas são principalmente provenientes de patrocínio em uniformes das equipes de futebol, locação de assentos numerados (cadeiras), locação de espaço do estádio, vendas de ingressos (bilheteria), locação do espaço do bar, doações recebidas e repasse da Federação Paulista de Futebol, sendo esta última de maior peso entre as receitas.

As receitas com arrecadação de jogos são reconhecidas após a realização de cada evento, com base nas informações de valores arrecadados em cada jogo.

As receitas de negociação de atletas são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao atleta sejam gerados em favor da Entidade e que o controle dos direitos federativos e riscos deste atleta sejam efetivamente transferidos a outra entidade desportiva. Geralmente estas transações ocorrem no mesmo momento da assinatura dos contratos de alienação dos direitos econômicos dos atletas, celebrados entre a Entidade e a parte adquirente e desde que todas as obrigações de performance identificadas sejam atendidas.

3.8. Distribuição de lucros

A Entidade por se tratar de entidade sem fins econômicos, aplica sua renda, seus recursos, e eventual resultado operacional positivo, integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e ou sociais, portanto, não atribui a associados, resultados, dividendos, participações, lucros ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma.

3.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos ("teste de *impairment*")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Entidade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

3.10. Impostos e contribuições

Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/99, e o artigo 195 da Constituição Federal.

Programa para Integração Social (PIS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em razão de ser uma associação sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

A cota patronal do INSS é retida e recolhida pelas empresas que proporcionam à Entidade receitas de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e transmissão de espetáculos, devida à alíquota de 5% sobre tais receitas brutas. Além disso, também há o recolhimento da alíquota de 4,5% sobre os proventos da folha de pagamento.

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	26	5
Aplicações financeiras	59	690
	85	695

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundo de investimento no Banco do Brasil - BB. Renda Fixa 500, podendo estas ser resgatadas a qualquer momento sem qualquer penalidade ao saldo.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Direitos a receber pela venda de jogadores	3.194	1.500
Provisão para perdas	(1.500)	-
	1.694	1.500

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade decidiu constituir provisão para perdas no montante de R$1.500 referente ao saldo de contas a receber registrado em 31 de dezembro de 2019 que se referia, integralmente, ao contas a receber de um atleta para o Esporte Clube Corinthians. Referida provisão foi constituída em atendimento aos requisitos do normativo técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pelo fato deste assunto estar atualmente sendo discutido judicialmente entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto no contas a receber se refere à venda dos direitos federativos de 2 (dois) jogadores da Entidade.

6. IMOBILIZADO

	Saldo líquido 31/12/2019	Adições	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2020
Móveis e utensílios	316	46	(62)	300
Equipamentos e aparelhos	252	-	(30)	222
Computadores e periféricos	32	15	(5)	42
	600	61	(97)	564

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, sendo o valor depreciável apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil, estimada, com base no CPC 27. A Administração julgou não haver necessidade de realização do teste de *impairment* de seu imobilizado.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de R$79 (R$27 em 2019) se refere, principalmente a capital de giro obtido em 6 de junho de 2020 para custeio da folha de pagamento com taxa de juros de 3,7% ao ano e vencimento para abril de 2021.

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	285	221
Encargos trabalhistas a recolher	175	95
Provisões e encargos	622	335
	1.082	651

O aumento ocorrido nas obrigações trabalhistas a pagar ocorreu, principalmente, em virtude da Entidade, no exercício de 2020, ter agregado às bases salariais da maior parte de seus atletas os valores correspondentes aos Direitos de uso e imagem a pagar, aumentando assim, a sua base de folha de pagamento e de férias a pagar.

9. OBRIGAÇÕES A EXECUTAR – SUBVENÇÃO

Nos termos do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, a Entidade reconhece a receita desta subvenção na medida em que os gastos relacionados ao objeto deste convênio são incorridos e devidamente comprovados documentalmente.

Em 2018 a Entidade recebeu subvenção referente a Lei 927/2016 (lei de incentivo a esportes). Os recursos recebidos por meio desta subvenção devem ser, única e exclusivamente, aplicados em gastos com a formação de atletas das categorias sub-15 e sub-17, estando sujeitos também a análise da prestação de contas a serem encaminhada ao órgão competente.

Referida subvenção foi integralmente utilizada e aplicada nas atividades do exercício de 2019 e 2020, e não foi renovada. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, não existiam saldos de subvenções a executar na Entidade.

10. ALUGUÉIS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R$3.694 (R$3.210 em 2019) é composto principalmente pelos alugueis a pagar pelo uso do estádio Jorge Ismael de Biasi e do Centro de treinamento (CT), cujos direitos de uso do estádio e do CT são da gestora I-9 Sports Ltda. e foram alugados à Entidade por prazo determinado com vencimento em 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado por termo de aditamento entre as partes relacionadas. O valor mensal da locação é de R$40, que serão reajustados a cada período de doze meses, aplicando-se o índice IPCA. Os saldos em atraso devidos foram corrigidos pela variação acumulada do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês. Em 31 de dezembro de 2019 a despesa com aluguel totalizou o montante de R$545 (R$525 em 2018), sendo registrada na rubrica custos.

11. DÉBITOS COM PARTES RELACIONADAS

	31/12/2020	31/12/2019
I-9 Sports Ltda.	39.971	32.287
Mútuo com pessoa física	9	9
	39.980	32.296
Circulante	39.971	-
Não circulante	9	32.296
	39.980	32.296

Membros da Administração da Entidade são comuns na administração da I-9 Sports Ltda., os quais, pelos poderes de direção e tomada de decisão, tornam a Entidade e a I-9 Sports Ltda. partes relacionadas.

Toda a dependência financeira da Entidade, conforme destacado na nota explicativa n.º 1, foi suprida através de mútuo financeiro com a I-9 Sports Ltda., que mantém um contrato de mútuo, com vencimento em 31 de dezembro de 2021, bem como sem a incidência de juros, por se tratar de uma operação para atendimento do objeto social de desporto, cuja origem do dinheiro também não prevê atualização monetária e decorre dos próprios associados/diretores, repassado pela I-9 Sports Ltda.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Entidade não possui saldo provisionados de contingências pelo fato de não existir, na opinião dos assessores jurídicos, contingências passivas com prognóstico de perda "provável".

Adicionalmente, a Entidade é parte integrante em 1 reclamação cível, cuja probabilidade de perda foi avaliada como "possível" pelos assessores jurídicos, e foi originada em face do Grêmio Esportivo Novorizontino, e não da Entidade (Grêmio Novorizontino), sob o entendimento de sucessão das obrigações. Em 31 de dezembro de 2020, os processos envolvidos neste contexto totalizam o montante atualizado de R$1.531 (R$1.313 em 2019). Nestes processos, já houve entendimento favorável à Entidade, porém estão no aguardo de julgamento por instância superior.

13. PATRIMONIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)

O patrimônio social (passivo a descoberto) da Entidade é composto exclusivamente pelos déficits acumulados nos exercícios anteriores e no resultado corrente, o que leva a uma necessidade de caixa que é suprida, em sua totalidade, pelo contrato de mútuo firmado com sua gestora I-9 Sports Ltda.

14. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de futebol		
Repasse da federação	6.374	4.918
Negociação e empréstimo de atletas (nota n°6)	3.128	3.392
Receita com patrocínios	314	728
	9.816	9.038
Outras receitas		
Vendas de ingressos e bar	349	899
Subvenções (nota 11)	95	639
	444	1.538
	10.260	10.576

Repasse da Federação

No exercício de 2020 houve um acréscimo de 20% nas cotas de direitos de transmissão repassadas pela Federação à Entidade. Adicionalmente, no exercício de 2020 a Entidade recebeu receitas de direitos de transmissão pela participação na Copa do Brasil de 2020. Com isso, houve um aumento significativo nessas receitas em relação ao ano anterior.

15. CUSTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Salários, ordenados e outros custos com pessoal	(11.607)	(9.387)
Gastos com jogos	(1.256)	(1.325)
Aluguéis	(568)	(545)
Outros	(261)	(257)
	(13.692)	(11.514)

Salários, ordenados e outros custos com pessoal

Conforme divulgado na nota explicativa nº8, o aumento ocorrido nos gastos com pessoal se deve, principalmente, pelo fato da Entidade, no exercício de 2020, ter agregado às bases salariais da maior parte de seus atletas os valores correspondentes aos Direitos de uso e imagem a pagar, aumentando assim, a sua base de folha de pagamento e de férias a pagar.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços prestados	(1.536)	(1.419)
Provisão para Perdas (nota n°5)	(1.500)	-
Despesas administrativas	(901)	(867)
Manutenções	(607)	(776)
Gastos com negociação de atletas	(170)	(75)
Combustível e lubrificantes	(100)	(99)
Depreciação / Amortização	(96)	(74)
Outros	(300)	(963)
	(5.210)	(4.273)

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de despesas	2	77
Reversão de provisão de contingências	-	1.577
	2	1.654

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	-	65
Juros recebidos	-	3
	-	68
Despesas financeiras		
Juros e multas	(438)	(246)
Despesas e tarifas bancárias	(45)	(44)
IOF	(1)	(4)
	(484)	(294)
	(484)	(226)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Entidade está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Entidade.

Estrutura do gerenciamento de risco

Apesar de não haver uma política formal, a Diretoria é responsável pelo gerenciamento de risco da Entidade, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

A Entidade, por meio de seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de outros clubes por vendas de atletas estando estas sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo além de todos os métodos tradicionais de cobrança, a Entidade pode acionar em caso de inadimplência o órgão regulador do futebol internacional (FIFA), podendo acarretar em sanções esportivas ao devedor.

Risco de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, visando assegurar que exista suficiente para atender as necessidades de suas atividades.

A ausência de liquidez é suprida por empréstimos (mútuos) realizados com a I-9 Sports Ltda. (parte relacionada), a qual mantém o compromisso de manutenção das operações da Entidade, enquanto estas não atinjam o equilíbrio financeiro.

Análise de sensibilidade

Na data-base, a Entidade não apresentou exposição relevante a riscos de instrumentos financeiros, motivo pelo qual não desenvolveu uma análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Entidade possui contratos de seguro de vida de todos os atletas que compõem o grupo de profissionais, conforme estabelecido pela Lei 9.615/98 e alterações posteriores.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Entidade, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Composição da Administração

Presidente da diretoria executiva
Genilson da Rocha dos Santos

Contador
Fernando Bruni Cardoso
CRC.SP. CT.243969/O-0

* * *